

Discurso filosófico e realismo político:

O Ocidente Global

Um Legado do Século XX

Ensaio escrito pelo Dr. Stefan Högl

O Apelo de um Filósofo

Tradução não verificada gerada por software

Edição da primeira parte do século

ÍNDICE

Filosofia, História, Política: Realismo Político e Ocidente Global	5
O Ocidente Global: Filosofia e Visão da Soberania Universal	7
Os Axiomas do Ocidente	18
Epílogo: Três máximas para o próximo quarto de século	19

Seja o que for que a história venha a dizer sobre mim quando eu partir, espero que registre que apelei às vossas melhores esperanças, e não aos vossos piores receios, à vossa confiança e não às vossas dúvidas. O meu sonho é que percam o caminho que têm pela frente com a luz da liberdade a guiar os vossos passos e o braço da oportunidade a sustentar o vosso caminho.

Ronald Reagan (1911-2004)¹

Dedicado aos amigos da liberdade

¹ De um discurso proferido na Convenção Nacional Republicana, em 17 de agosto de 1992. Ronald Reagan foi o 40.º presidente dos Estados Unidos e iniciou um processo de distensão de grande alcance com o então líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Os cínicos tratam os valores como equivalentes e instrumentais. Os estadistas baseiam as decisões práticas em convicções morais. ... Para mim, uma definição sensata de realpolitik é dizer que existem circunstâncias objetivas sem as quais a política externa não pode ser conduzida. Tentar lidar com o destino das nações sem olhar para as circunstâncias com que elas têm de lidar é escapismo.¹

Henry A. Kissinger (1923-2023)

Filosofia – História – Política: Realismo Político e Ocidente Global

Raramente, no final de uma época histórica, a filosofia, a política e a história mundial estiveram tão dramaticamente entrelaçadas como no século XX, cujas consequências ainda hoje vivemos. Mesmo um quarto de século após o seu fim cronológico, o seu legado mal é notado, razão pela qual os inúmeros conflitos políticos não mostram sinais de abrandamento. Isto é particularmente evidente no palco político mundial, onde se formaram inúmeras tensões e frentes. A complexidade da situação deixa agora muitos contemporâneos desorientados, e a antiga esperança num futuro melhor há muito que deu lugar a um sentimento de resignação.

Nas relações internacionais, em particular, precisamos de políticos que não sejam movidos por ambições desonestas, mas que exerçam o seu cargo com responsabilidade pessoal e a necessária visão de futuro, ou seja, que compreendam a *realpolitik*. Se, como disse Henry Kissinger, considerado um político *de realpolitik* por excelência, na citação acima, isto significa ter em conta as condições objetivas, então precisamos de um timoneiro que se guie pelas circunstâncias do momento, ou seja, pela realidade.

De facto, quem quer conduzir um navio por águas perigosas deve estar sempre atento aos outros navios, ao seu próprio potencial e às capacidades de potenciais inimigos. O timoneiro prestará atenção a tudo o que possa vir a ser relevante. Para ele, o que conta são os factos, as circunstâncias reais: a perspectiva realista. A sua mente idealista, no entanto, ousa olhar para além do horizonte do oceano – duas almas batem no seu peito². Mesmo em mares tempestuosos, procura ilhas de

¹ De uma entrevista à revista DER SPIEGEL (28/2009), datada de 5 de julho de 2009.

² Kissinger: «*Não há realismo sem um elemento de idealismo.*»

esperança e confiança. Ao luar, o capitão cantarola canções de paz e amizade, hinos de fraternidade global que lhe tocam o coração. Mas as tempestades do mar agitado abafam as delicadas melodias. Os ideais são como um olhar para o céu noturno estrelado: quem sabe se todos alguma vez encontrarão neles a mesma mensagem?

No antagonismo entre factos e visões, surgiu uma terceira dimensão entre as frentes que os timoneiros experientes devem ter em mente: as condições nas profundezas das águas – os redemoinhos e as correntes que não são facilmente visíveis, mas que estão inegavelmente presentes. Estas são manifestações da água, das suas propriedades elementares, agora em grande escala. Em rios, lagos e mares, o seu comportamento faz parte da realidade e, por isso, influencia a navegação.

Olhar para as profundezas significa, na verdade, olhar para a natureza humana, a condição humana – *conditio humana*. Como é que alguém poderia procurar compreender a essência da política ignorando os seres humanos como seus fundamentos? Certamente, as questões existenciais referem-se inicialmente ao domínio filosófico-teológico, muitas vezes com significado individual. Em última análise, porém, a natureza humana está entrelaçada numa visão de mundo mais ampla, com um significado de longo alcance. Mas e se for possível discernir, a partir desta profundidade da realidade, correntes que formam uma constante fixa – e que, por isso, são reais?

Uma teoria idealista procurará o discurso filosófico simplesmente para não perder o equilíbrio, uma vez que deve ter sempre em mente o ideal. Mas o realismo político terá de se concentrar ainda mais na condição humana: menos para discutir analiticamente questões existenciais fundamentais e mais para poder calcular as consequências práticas. Só quando todas as dimensões da realidade forem tidas em conta é que se pode falar de *verdadeira realpolitik*.

Este trabalho é dedicado a esta visão abrangente. O *Ocidente Global* está ligado de forma especial à história do século XX, embora as suas raízes remontem a um passado distante. Os seus alicerces estão intimamente ligados à condição humana, e as suas consequências políticas, especialmente geopolíticas, apontam o caminho para uma era que ainda não é possível prever. A análise conceptual e substantiva chega aos axiomas fundamentais do Ocidente e enumera as máximas que a *verdadeira realpolitik* deve ter em mente no futuro.

O Ocidente Global Filosofia e Visão da Soberania Universal

Confrontos e Retórica

Um novo termo entrou na esfera política: o *Ocidente Global*. É precedido por dois conceitos que só se tornaram populares na última década do século XX: a *globalização*, que surgiu como uma descrição da crescente interconectividade e interdependência globais, e o *Sul Global*, um termo mais amigável para os países em desenvolvimento.³

A discussão sobre o *Ocidente Global* só começou gradualmente após a viragem do milénio e encontrou agora o seu lugar na linguagem política e, em particular, geopolítica. Refere-se geralmente a todos aqueles Estados que outrora foram classificados como parte do *mundo ocidental* ou do *Ocidente*, numa época em que o conflito Leste-Oeste dominou a segunda metade do século XX. Do lado ocidental encontravam-se as democracias liberais, países industrializados com governos constitucionais liderados pelos Estados Unidos, aos quais se opunham, no Oriente, os aliados da União Soviética. Quando a divisão da Europa chegou ao fim, rapidamente surgiu a discussão sobre a globalização, e não apenas em relação ao comércio global. O mundo parecia ter-se tornado uma aldeia global, na qual os problemas do planeta podiam agora ser melhor resolvidos. No âmbito de organizações como a ONU, o objetivo final era estabelecer uma «política interna global»⁴. Assim, a década de 1990 tornou-se uma década de relativa distensão.

Agora, décadas mais tarde, quando se fala do Ocidente Global, trata-se geralmente de um ataque retórico por parte de Estados autoritários⁵ e totalitários. Estes tentam pintar um quadro de uma aliança poderosa e globalmente ativa que representa uma ameaça para todos os outros Estados. Em oposição a eles estão os países do Sul Global, um grupo vagamente definido de países que têm ambições diferentes, mas que, em qualquer caso, não são considerados parte do Ocidente Global, mas sim

³ Embora ambos os termos possam ser rastreados até às décadas de 1950 e 1960, só foram utilizados ocasionalmente até à década de 1980. O mesmo se aplica ao termo «Norte Global».

⁴ Embora o termo tenha sido utilizado pela primeira vez em 1963 pelo físico e filósofo Carl Friedrich von Weizsäcker, só ganhou popularidade com a revolução democrática na Europa.

⁵ Visto de forma crítica, este termo é um eufemismo que evoca associações com uma educação autoritária, mas que, no entanto, pode ser caracterizado por um certo carinho e respeito pelas crianças. O termo «autoritário» para designar ditaduras que pisam a dignidade e os direitos do indivíduo deve-se a um *politicamente correto* generalizado, o que é óbvio em termos de conteúdo.

suas vítimas. Em caso de dúvida, os Estados autoritários incluem-se no Sul Global ou, pelo menos, declaram a sua solidariedade com ele.

Esta suposta oposição global faz lembrar o conflito Norte-Sul, que foi utilizado no século XX para descrever a relação entre países industrializados e em desenvolvimento. Para além de descrever a desigualdade, o foco centrava-se sempre na responsabilidade por estes termos e condições, que era frequentemente atribuída aos países industrializados.

Se hoje fosse apenas uma questão de distribuição da riqueza global, seria mais apropriado falar do «Norte Global», embora mesmo este termo só fosse adequado de forma limitada. No entanto, não existe no uso comum, nem um «Leste Global», que pudesse servir como termo coletivo para Estados de orientação socialista ou comunista. Na verdade, não se trata apenas de riqueza, nem de relíquias ideológicas da era da Guerra Fria. Em última análise, o «Sul Global» é um termo desajeitado que se destina a servir de antítese ao Ocidente retoricamente demonizado e é, por isso, tão vago e ambíguo quanto possível: refere-se ao eixo de Estados autoritários que, embora de forma alguma homogêneos na sua composição, defendem a sua diferença em relação ao Ocidente e procuram frequentemente apresentar-se como a melhor alternativa.⁶

Geografia e história

Longe da atual politização do Ocidente, a sua origem conceptual reside principalmente na cartografia eurocêntrica, que também moldou o discurso sobre o Ocidente e o Oriente. O Oriente – a terra do sol nascente – contrasta com o Ocidente, onde o sol se põe novamente⁷. Se o Ocidente termina no Oceano Atlântico ou – após a descoberta do Novo Mundo – nos EUA, pode ser uma questão de opinião, tal como o facto de o Oriente se situar na Península Arábica ou no distante Japão. Em última análise, cada ponto da Terra tem os seus próprios pontos de referência individuais e, por isso, relativos, pelo que falar do Ocidente neste contexto tem conotações históricas.

Ao longo da história recente, o que outrora foi um contraste geográfico tornou-se uma oposição ideológica que assumiu agora um significado geopolítico. No entanto, as causas e as tendências são tão diversas e contraditórias que o antagonismo original entrou há muito numa fase que transcende regiões ou religiões específicas.

⁶ Os termos políticos centrais também estão sujeitos a concorrência. Por exemplo, o governo chinês respondeu à «Cimeira pela Democracia» inaugurada pelo presidente dos EUA Biden em 2021 com um documento intitulado «*Democracia que Funciona*».

⁷ O grego antigo *ἑσπερος* / *hesperos* (tarde) e o latim *vesper* (tarde) derivam da raiz indo-europeia *wes- (tarde/noite).

Mesmo o contraste frequentemente citado entre as religiões do Ocidente e as do Oriente é muito mais matizado quando examinado em pormenor.⁸

A distinção entre um Ocidente científico e um Oriente não progressista é igualmente limitada. Dependendo da região e do círculo cultural, este contraste era e é de facto observável, muitas vezes com considerável nitidez. No entanto, isto também se aplica a outros continentes e sociedades. Historicamente, várias invenções tiveram origem no Oriente, e os escritos filosóficos chegaram à Europa através da Espanha conquistada pelos árabes, que assumiu a liderança nas ciências emergentes a partir do século XVI.

Neste contexto, o sociólogo alemão Max Weber distinguiu entre os sistemas económicos do Oriente e do Ocidente, atribuindo um elevado grau de racionalização a este último. Em vez de relações pessoais, cálculos de preços sóbrios ditavam a atividade de mercado – e, assim, aumentavam a eficiência da produção. No século XX, o sucesso das nações industrializadas ocidentais despertou o interesse de muitos países que também queriam modernizar-se nessa direção, ou seja, desenvolver o seu potencial⁹. Por outro lado, o fascínio pelas culturas aparentemente distantes do Oriente (e além) tem uma longa tradição na Europa.

Apesar de todas as tendências e desenvolvimentos contraditórios, uma coisa permanece clara: não são as diferentes tradições religiosas, arquiteturas, línguas ou costumes que constituem o cerne do confronto atual. Podem acompanhar e ilustrar alguns dos contrastes, mas as raízes são muito mais profundas e há muito que se desligaram da geografia. Trata-se das questões existenciais da humanidade e das respostas fornecidas pela filosofia.

Filosofia e política

Quando hoje situamos o berço da filosofia na Grécia antiga, fazemo-lo sabendo que várias ideias e conceitos surgiram em muitas culturas, foram talvez discutidos, mas podem nunca ter sido escritos. Estes desenvolvimentos só se tornam historicamente tangíveis quando os caminhos do pensamento não terminam sem deixar rasto, mas encontram o seu caminho para a sociedade e são transmitidos.¹⁰

⁸Certamente, o Ocidente cristão-monoteísta pode ser contrastado em termos gerais com o Oriente predominantemente hindu e budista – durante um determinado período da história e dentro de limites geográficos. No entanto, as contra-tendências devem ser ignoradas, tanto as correntes monoteístas no antigo Egito, na Pérsia e nas religiões do Oriente, como também as correntes panteístas no mundo ocidental, por exemplo.

⁹A este respeito, o termo «país em desenvolvimento» traz inicialmente consigo uma esperança para o futuro; o objetivo do desenvolvimento refere-se naturalmente a objetivos económicos e político-filosóficos.

¹⁰Tradições de conceitos filosóficos podem ser encontradas – independentemente umas das outras – em muitas civilizações avançadas. O filósofo Karl Jaspers também se referiu ao período entre cerca de 800 e 200 a.C. como a «Era Axial», uma vez que fundamentos filosóficos centrais «surgiram quase

A este respeito, os filósofos gregos alcançaram um avanço histórico. A forma como pensaram sobre as ligações entre o mundo e a posição da humanidade garantiu-lhes um lugar nos livros de história para sempre. É aqui que as ciências naturais e as humanidades encontram o seu ponto de partida histórico, é aqui que se encontra o alicerce filosófico do *Ocidente Global*, e é também aqui que se encontra a origem do seu nome.

A filosofia grega floresceu quando o intercâmbio cultural na região do Mediterrâneo, aliado a um comércio dinâmico de mercadorias, criou um clima propício ao livre debate sobre questões existenciais. As lendas transmitidas por Homero pertenciam a um passado longínquo, e pensadores corajosos procuravam novas respostas para velhas questões.

O primeiro passo neste novo caminho é a explicação da natureza e dos seus processos. Surgem as primeiras teorias sobre substâncias e elementos primordiais, mas não podem ser testadas devido à falta de equipamento técnico. No final, porém, resta mais do que mera especulação: as possibilidades fundamentais – átomos, elementos, princípios primordiais – já estão a ser formuladas nesta era, dois milénios e meio antes da física moderna.

O segundo pilar da filosofia grega trata da natureza do homem, que o afeta tanto como indivíduo como no seu papel na sociedade. Aborda questões fundamentais do conhecimento, da vida justa e da coexistência na comunidade. No sentido mais amplo, portanto, são as questões de política¹¹ e de ética que determinam o discurso. Também aqui são desenvolvidos modelos que constituem a base das teorias modernas de hoje. Em geral, a filosofia grega fornece assim o alicerce intelectual central da cultura *occidental*.¹²

Um novo começo anunciou a Era dos Descobrimentos. No final da Idade Média, o aumento do comércio – tal como outrora na Grécia antiga – esteve associado ao florescimento das cidades, cuja riqueza permitiu que a ciência e a cultura prosperassem. Foram fundadas universidades por toda a Europa.

Com o surgimento das ciências naturais, tornou-se cada vez mais possível decifrar as leis da natureza, explorar regiões desconhecidas e encontrar novas rotas ao redor do globo. O início da investigação logo permitiu avanços sem precedentes em todas as áreas da tecnologia, medicina e produção de bens de consumo – um desenvolvimento que continua até aos dias de hoje. O progresso científico e os

simultaneamente na China, na Índia e no Ocidente durante estes poucos séculos, sem que tivessem conhecimento uns dos outros». (*A Origem e o Objetivo da História*, 1949, 20).

¹¹ *A política* é aqui entendida num sentido lato, de acordo com Aristóteles, que descreveu os seres humanos como *zoon politikon* (seres sociais).

¹² A isto acrescentam-se os princípios do direito romano e, na Europa, a influência da religião judaico-cristã. Estes três fatores são considerados os pilares constitutivos da Europa. O fim da Antiguidade greco-romana é frequentemente associado ao encerramento da Academia de Platão em Atenas em 529, enquanto, ao mesmo tempo, foi fundado o primeiro mosteiro beneditino em Montecassino – um marco para a Idade Média europeia de influência cristã.

seus frutos têm moldado a vida das pessoas desde então e tornaram-se uma marca distintiva do estilo de vida *ocidental*.

No entanto, a investigação e a ciência são um fenómeno universal. Embora possam ter tido o seu avanço na cultura ocidental-europeia, é previsível que a abordagem científica do mundo, na teoria e na prática, venha um dia a tornar-se algo natural em todo o mundo.

No entanto, o progresso científico e os seus frutos são apenas uma parte da «identidade ocidental». É constitutivo do *Ocidente* a compreensão dos seres humanos como atores individuais que têm direitos invioláveis à liberdade na sua esfera privada e o direito de participar na tomada de decisões políticas e sociais. Enquanto os poderes do Estado derivam essencialmente da vontade do soberano – o povo –, a soberania pessoal do indivíduo deriva da dignidade humana inviolável. Desde as primeiras reflexões sobre a natureza humana, passando pela filosofia grega e pela Era do Iluminismo, até à compreensão «ocidental» de hoje, tem sido uma longa e e jornada com inúmeras contradições e contratempos. E, no entanto, em última análise, é esta imagem da humanidade que constitui a base de uma sociedade democrática e orientada para a liberdade. Numa sociedade assim, cabe ao Estado garantir as liberdades individuais de cada pessoa e assegurar a origem democrática de toda a política através de procedimentos adequados. Como as leis e os regulamentos são necessários na prática, tal como os tribunais e as autoridades, um Estado «ocidental» só pode existir como um Estado constitucional, e não como uma comunidade informal e não vinculativa. Os indivíduos devem poder contar com a proteção da sua dignidade e dos seus direitos em todos os momentos.

Soberania e soberanias: a justificação última

O Ocidente depende da conceção delineada da dignidade humana e da soberania pessoal e política como conceito filosófico, mas também como paradigma político, e até geopolítico¹³. A conceção da humanidade – e a sua justificação última – determina qual a ordem política, social, económica e cultural adequada à natureza humana. Podemos estar tão certos de que esta ordem prevalecerá ao longo do tempo como podemos estar certos de que prevalecerá uma visão científica do mundo que corresponda à natureza do nosso universo.

A objeção mais comum provém do campo das ciências naturais e pode ser resumida da seguinte forma: uma vez que todos os processos no universo ocorrem de acordo com leis físicas, isto também se aplica a todos os corpos, seres vivos e seres humanos. Desde o batimento cardíaco até aos processos mais subtis no

¹³ O conceito de paradigma como um quadro abrangente de interpretação e compreensão parece particularmente justificado neste caso porque, para além do nível científico-teórico (de onde originalmente provém – cf. Thomas Kuhn, 1962), também aborda fundamentos existenciais, práticos e (geo)políticos.

cérebro, tudo é de natureza puramente física e faz parte de uma longa e complexa cadeia de causa e efeito, semelhante a um mecanismo de relógio, apenas no campo da biologia. Os seres humanos não têm nem uma alma sutil nem livre arbítrio para além das leis da natureza, e também não é possível determinar qualquer tipo de dignidade. O que não é acessível à investigação científica não é real.¹⁴

Embora esta visão de mundo «naturalista» tenha ganho cada vez mais adeptos com os crescentes sucessos da ciência, ela tem uma falha fundamental. Mesmo que dê repetidamente a impressão de ser uma tese física, a conclusão de muitos anos de investigação, por assim dizer, o oposto é verdadeiro. A questão do âmbito de uma visão de mundo física já não é uma questão física, mas filosófica, e, portanto, existe num nível completamente diferente.

Na discussão filosófica, que aqui apenas pode ser esboçada¹⁵, surgem problemas consideráveis quando se tenta reduzir o livre arbítrio e a consciência humana a processos neurais ou traduzir questões éticas em meros estados psicológicos. No entanto, uma visão naturalista da humanidade deve rejeitar as questões morais e estéticas como conceitos vazios e sem sentido¹⁶, e a busca humana pela justiça e pelo sentido como alucinações complexas e projeções de um cérebro, que por sua vez é um aparelho extremamente complexo¹⁷, determinado em última instância por causalidades bioquímicas, que controla o organismo. A autoimagem dos seres humanos como seres autónomos pressupõe, portanto, necessariamente que, para além dos processos físicos, existe uma realidade transcendente que fornece uma base para o espírito, a dignidade e a liberdade humanos. Aliás, isto também se aplica à constituição física do mundo, cujas causas não podem ser, mais uma vez, físicas. Em última análise, a origem do mundo físico não é uma teoria física, mas uma questão filosófica fundamental.

Em resumo, pode-se dizer que as grandes questões existenciais da humanidade, tal como Kant as formulou¹⁸, transcendem o âmbito de interpretação da física.

Por fim, deve-se notar que o paradigma naturalista é altamente contraintuitivo, porque todos os seres humanos, mesmo os seus seguidores e defensores, agem na

¹⁴ David Lewis: (1983, 361): «*O mundo é como a física diz que é, e não há mais nada a dizer.*» Esta posição tem vários nomes, tais como materialismo, positivismo ou empirismo, mas essencialmente parte sempre dos mesmos pressupostos.

¹⁵ Algumas reflexões adicionais podem ser encontradas num prólogo separado deste ensaio.

¹⁶ «*Quando a razão positivista domina o campo, excluindo tudo o resto... então as fontes clássicas de conhecimento para a ética e o direito são excluídas*» – Bento XVI no seu discurso ao Bundestag alemão em 22 de setembro de 2011.

¹⁷ Mesmo uma possível coincidência não alteraria fundamentalmente a sequência quase programada das funções cerebrais, mas apenas a «descomprimiria» com algumas imprevisibilidades.

¹⁸ «*O campo da filosofia [...] pode ser reduzido às seguintes questões: 1) O que posso saber? 2) O que devo fazer? 3) O que posso esperar? 4) O que é o homem?*» (*Crítica da Razão Pura*, B833, 1787) – Em 1897/98, o pintor francês Paul Gauguin intitulou um quadro com questões fundamentais semelhantes: “*De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos?*”

vida quotidiana como se estivessem a tomar decisões éticas ou a conduzir a ciência por sua própria vontade e a extrair segredos do mundo. Quanto mais complexos se tornam os discursos, mais absurdo parece que apenas programas neurológicos tenham determinado o curso e as interações do discurso.

Sem pretender discutir conceitos filosóficos ou religiosos específicos neste momento, pode-se, no entanto, afirmar que a determinação da dignidade humana (e os direitos e deveres que dela decorrem) requer uma compreensão transcendente do mundo que também deixe espaço para outras questões existenciais. A «visão ocidental da humanidade» – mas não apenas esta¹⁹ – pressupõe necessariamente esta visão da humanidade e, portanto, da realidade como um todo.

Em última análise, não se trata de uma escolha arbitrária no sentido de selecionar livremente entre várias opções disponíveis. Na verdade, existe apenas uma realidade disponível, e esta está para além do controlo humano. Seja qual for a sua natureza – e por mais acalorado que seja o debate a seu respeito – pode afirmar-se com certeza que não há outra opção senão aceitar a realidade tal como ela é: a realidade é a validade última, está acima de tudo o resto: prevalece a soberania do absoluto.

Múltiplas rupturas: entre evolução e revolução

À primeira vista, o conceito de Ocidente acima delineado parece ser um modelo de sociedade vagamente construído que tem origem mais no domínio das utopias políticas e religiosas do que na realidade. O cerne da crítica é, portanto: se o conceito delineado de seres humanos com dignidade, direitos e soberania é *de facto* – na realidade – consistente com a sua natureza, e se a ordem social livre daí resultante é, portanto, o conceito adequado, por que razão não prevaleceu por si só ao longo da história, mas, em vez disso, luta tão frequentemente pela sobrevivência?

À primeira vista, esta objeção parece justificada; na verdade, parece óbvia quando se olha para a história e para o presente. Enquanto o caminho da ciência tem sido relativamente direto, influenciado apenas esporadicamente pela religião e pela política, a busca por uma forma viável de sociedade parece ser mutável e, por vezes, desorientada. Por que é que o caminho é tão acidentado?

A resposta reside em várias lacunas, retrocessos, persistências e contra-tendências, que podem ser resumidas, em termos gerais, como perturbações. Estas têm várias dimensões espaço-temporais, sociais e culturais e podem reforçar-se mutuamente.

¹⁹ As ideologias e as ciências que falam de conhecimento ativo de coisas novas, de solidariedade ou valores, de ética e estética, também apontam para referências transcendentais. Para elas, assim como para muitos representantes do estilo de vida ocidental, esta ligação é praticamente desconhecida ou parece irrelevante. Na verdade, caso contrário, o indivíduo perder-se-ia numa cadeia de acontecimentos predeterminada e o suposto espírito flutuaria num fluido permanente de ilusões psicológicas. Isto reduziria as pretensões da ciência ao absurdo e degradaria os seres humanos a marionetas ridículas.

- Perturbações temporárias: Embora os primórdios de um Estado constitucional liberal possam ser encontrados em todas as culturas, o desenvolvimento desse tipo de Estado, apesar das tentativas iniciais, por exemplo na Grécia antiga, é um fenómeno relativamente moderno que não contava com um amplo apoio da população. Só nos séculos XIX e XX, quando os cidadãos descobriram o seu próprio poder e soberania, é que a ideia dos direitos humanos e da democracia ganhou força – com os conhecidos obstáculos e reveses.
- Perturbações espaciais: Embora os valores ocidentais tenham conseguido estabelecer-se numa parte do mundo, os sistemas tradicionais mantiveram o seu estatuto noutros locais. Isto pode dever-se a uma falta de consciência da própria soberania, de modo que se pode falar de uma falta de esclarecimento sobre a própria maturidade. Ao mesmo tempo, este desenvolvimento natural está a ser abrandado por forças políticas ou religiosas.
- Perturbações cronológicas: Embora a consciência da própria soberania seja constitutiva da existência humana, a história tem assistido repetidamente ao surgimento de movimentos restauradores e reacionários que põem em questão, de forma e e, os valores que outrora foram alcançados com tanto esforço. Apesar de os valores ocidentais – e a prosperidade que os acompanha – terem desenvolvido um apelo global, o desenvolvimento histórico não é, de forma alguma, automático. O revés mais significativo até à data foi o período do fascismo na Europa, especialmente o nacional-socialismo na Alemanha.²⁰
- Perturbações pessoais: O apego às democracias liberais pode diminuir a vários níveis e transformar-se no seu oposto, tanto entre os cidadãos comuns como entre os líderes políticos. Mesmo a insatisfação com a evolução social, económica ou política pode levar ao abandono dos pilares mais fundamentais da coexistência humana, sempre acompanhada pelo perigo de um retrocesso social generalizado.
- Perturbações culturais: Um olhar sobre as sociedades que se consideram livres e democráticas mostra que, mesmo dentro das fronteiras nacionais,

²⁰ O sociólogo Jürgen Habermas descreve o realinhamento democrático que teve início na Alemanha do pós-guerra como um «*processo económico e político, e mais tarde, em certa medida, também cultural, que só se tornará irreversível quando a ocidentalização cultural tiver permeado a mentalidade de toda a população*» (numa entrevista com Barbara Freitag em julho de 1989).

existem visões divergentes sobre quais os valores fundamentais que devem constituir a base do Estado. Não se trata de leis individuais e orientações políticas, que devem ser decididas no processo democrático, mas de questões fundamentais de ética, política, religião e cultura. Mesmo entre países, existem diferenças mais ou menos significativas na compreensão da democracia e da liberdade.²¹

- Perturbações estratégicas: Defender o mundo livre contra forças expansionistas e autoritárias e garantir a própria existência – bases militares, matérias-primas, aliados – conduz repetidamente a alianças estratégicas com Estados cuja constituição interna contradiz os próprios valores. O dilema moral é óbvio e pode levar a uma indiferença perigosa tanto entre cidadãos como entre políticos.²² Isto pode criar uma impressão de igualdade e legitimar uma coexistência permanente.

Se entendermos a descoberta e a concretização dos princípios liberais e democráticos baseados no Estado de direito como um desenvolvimento gradual com diferentes pré-requisitos de cultura para cultura, então devemos esperar tais diferenças desde o início. Embora tenha havido repetidos movimentos revolucionários de ditaduras para democracias ao longo da história, o processo histórico é, no entanto, de natureza evolutiva.

Geopolítica e visão

Partindo do princípio de que o conceito de humanidade acima descrito, no âmbito de uma visão do mundo aberta à transcendência, corresponde efetivamente à realidade, pode-se supor que, apesar de possíveis contratempos e a longo prazo, a ideia de um Estado liberal e democrático prevalecerá ao longo da história. Esta observação já podia ser feita no século XX, quando se tornou claro que a dignidade e a liberdade individuais não provinham meramente de um conceito filosófico, mas correspondiam à consciência de muitas pessoas em todas as partes do mundo.²³ De facto, numerosos processos democráticos e iniciativas de paz foram lançados na década de 1990, levando alguns investigadores a prever o surgimento

²¹ É claro que a verdadeira compreensão de uma sociedade sobre a dignidade pessoal e a liberdade não se reflete em adultos de meia-idade com rendimentos médios que têm os pés firmemente assentes no chão. Pelo contrário, os verdadeiros valores refletem-se na situação dos jovens, dos idosos e dos grupos socialmente desfavorecidos, bem como nas condições nas prisões, nas forças armadas e noutras instituições e autoridades que podem afetar a soberania pessoal.

²² O princípio estratégico «*o inimigo do meu inimigo é meu amigo*», conhecido há milénios, pode ser estrategicamente justificado em emergências existenciais, mas não pode substituir os fundamentos éticos das decisões políticas (de poder).

²³ O filósofo Francis Fukuyama falou do «fim da história» já em 1989, quando pessoas de todo o mundo exigiram os seus direitos e soberania e isto se tornou evidente como uma reivindicação universal.

de uma «política interna global»²⁴ que resolveria gradualmente os conflitos internacionais.

De uma perspectiva geopolítica, no entanto, a imagem de uma comunidade de Estados a avançar agora para uma comunidade democrática ao seu próprio ritmo e sob as suas próprias condições foi ultrapassada por uma realidade contrária. Pois, a par dos Estados do «mundo livre»²⁵, existem e sempre existiram vários regimes ditatoriais cujo objetivo principal é manter o poder ou implementar uma ideologia política ou religiosa e que se opõem ao mundo ocidental, unidos se necessário. Podem suspeitar secretamente que, mais cedo ou mais tarde, haverá, e de facto terá de haver, um caminho para a liberdade, mas resistem a esta perceção e às consequências que dela decorrem. Em última análise, estão a resistir a uma realidade à qual é impossível resistir.

Princípios opostos: «Dois mundos»

No cenário político internacional²⁶, existe um conflito significativo entre Estados autoritários e Estados livres, que é de natureza fundamentalmente assimétrica. A causa reside nas visões opostas da coexistência social.

No mundo democrático, o Estado existe para o bem dos seus cidadãos. A sua única justificação é permitir que as pessoas vivam com dignidade e afastar, tanto quanto possível, quaisquer violações do seu modo de vida soberano. Numa sociedade livre, o Estado deve justificar as suas ações e provar que restrições mais fortes são necessárias e não têm alternativa. Não é o cidadão que deve justificar a sua liberdade, mas o Estado que deve justificar as suas intervenções.

Nos Estados autoritários e totalitários, este princípio é invertido: o Estado e a sua liderança política são soberanos, seja por motivos religiosos, político-ideológicos ou pessoais. O indivíduo, na medida em que ainda se possa falar de tal coisa, está subordinado a esta razão de Estado em todos os aspetos. É claro que existem diferenças graduais: as ditaduras «suaves» podem deixar as atividades económicas e sociais em paz e perseguir apenas a crítica política, enquanto os regimes totalitários pretendem controlar arbitrariamente os pensamentos das pessoas e a sua própria existência. No fim de contas, porém, o indivíduo é impotente perante o regime no poder; não pode reivindicar direitos nem dignidade, a sua liberdade de ação é-lhe concedida de cima e pode ser restringida ou revogada a qualquer momento. Um risco existencial acompanha toda a sua vida e deforma a coexistência social — e, por vezes, as personalidades individuais — até ao mais

²⁴ Ver nota de rodapé 4.

²⁵ Este termo alternativo também tem um peso histórico — desde o conflito Leste-Oeste.

²⁶ O termo metafórico evoca associações com uma peça de teatro, mas estas parecem cínicas na medida em que milhões perdem as suas vidas e dignidade e muitos milhares de milhões são afetados política, social e economicamente. A destruição de recursos está a ocorrer à escala global e acaba por deixar a sua marca em praticamente todas as pessoas do planeta.

ínfimo pormenor. A razão de Estado — a sobrevivência do regime — domina e afeta todas as áreas da existência humana.²⁷

Nível internacional

Esta prioridade dos Estados autoritários reflete-se a nível internacional: todos os esforços são direcionados para garantir a existência e o poder do regime no poder, e todos os outros objetivos políticos ou ideológicos estão subordinados a este esforço. Uma vez que a primazia da manutenção do poder já implica que os direitos humanos e os valores ecológicos ou culturais sejam restringidos, ignorados ou combatidos internamente, estes valores também não têm qualquer significado para as relações internacionais de uma ditadura – exceto como propaganda na luta contra ameaças reais ou percebidas ao regime.

O perigo imediato para os sistemas autoritários provém dos seus pares: uma vez que não respeitam nem a soberania dos seus cidadãos nem a de outros Estados, não existem regras vinculativas que regulem as relações mútuas: aplica-se o princípio da força – a violência dirigida para o exterior visa sempre garantir a existência do regime. A nível internacional, prevalece a lei da selva – o poder militar é necessário para sobreviver. Num clima de desconfiança, as alianças são frequentemente incertas e a própria existência está constantemente em risco.

Um perigo fundamental – interno – para os regimes repressivos são os seus próprios cidadãos, que podem resistir à opressão e exigir os seus direitos individuais e políticos. Embora os Estados democráticos apoiem, em princípio, os povos oprimidos e defendam os seus direitos a nível internacional, limitam geralmente as suas atividades a manifestações de solidariedade e resoluções. A assistência ativa, que implicaria também uma intervenção enérgica, só é de esperar em casos extremamente excecionais.

Embora o mundo livre possa formar alianças para se proteger de ataques militares por parte de ditaduras, as possibilidades de socorrer os povos oprimidos continuam a ser limitadas. Os Estados democráticos evitam geralmente o uso da força militar ou da pressão política, porque apostam na negociação, na compreensão e na boa vontade. Além disso, existe sempre o risco de que a intervenção estrangeira seja recebida com ceticismo pela população, obrigando os decisores políticos a retirar o seu apoio. A cada nova eleição, existe a possibilidade de que o clima político mude e até mesmo alianças históricas cheguem ao fim.

A abertura à mudança e a dependência da liderança política em relação à vontade de cidadãos soberanos são a característica central das sociedades livres. Ao mesmo tempo, esta transparência e abertura representam um flanco vulnerável para o eixo dos Estados autoritários.

²⁷ Na realidade, estes termos referem-se a campos de trabalho e de extermínio, centros de tortura, opressão e atrocidades de proporções inimagináveis: são os abismos existenciais mais profundos.

Por isso, tentam manipular a opinião pública e o comportamento eleitoral através de propaganda política a todos os níveis e desafiar as respetivas sociedades através de crises controladas. Os meios vão desde a divulgação deliberada de informações falsas até à criação de pressão migratória nas fronteiras externas, passando por provocações e ataques militares. A isto acrescenta-se a pressão constante sobre cidadãos individuais e organizações que se opõem ao eixo autoritário, tornando-os alvos de violência mediática ou física. Em última análise, o objetivo é desestabilizar os Estados democráticos através de um vasto leque de ações a todos os níveis, dissuadindo-os assim do seu compromisso de preservar e promover a liberdade global.

Mesmo entre os políticos, a consciência destes fatores de poder e influência é bastante limitada. A crença no desejo dos Estados autoritários de coexistência pacífica e no seu potencial desenvolvimento democrático é mais apelativa do que uma análise implacável da situação política.²⁸ Além disso, os princípios do mundo livre – o *Occidente Global* – são repetidamente mal interpretados e diluídos.

Os Axiomas do Ocidente

Em contraste com as ideologias seculares e religiosas, o Ocidente caracteriza-se por um certo grau de abstinência: carece de paradigmas escatológicos, cenários de planeamento económico e modelos sociais utópicos. A promessa de uma vida de liberdade e dignidade parece praticamente desprovida de conteúdo. Na verdade, trata-se de alguns aspetos e estruturas fundamentais²⁹. A liberdade do Ocidente tem também uma dimensão axiomática:

1. A soberania do absoluto: o fundamento aberto-transcendente

²⁸ A referência a uma suposta «coexistência pacífica» durante a Guerra Fria é enganadora, não só tendo em conta os conflitos que ocorreram ao mesmo tempo. Embora um impasse nuclear entre as superpotências tenha tornado impossível o confronto militar direto, uma coexistência verdadeiramente pacífica só foi possível após as mudanças na União Soviética e a agitação na Europa Oriental. Este tipo de coexistência forçada só pode, portanto, ser temporária, tão temporária quanto a coexistência interna forçada entre um governo ditatorial e os seus cidadãos oprimidos.

²⁹ Isto não se refere à burocracia que é inteiramente concebível num Estado constitucional livre, com todas as suas vantagens e desvantagens, mas sim à renúncia à «programação» ideológica dos seres humanos.

Esta visão da realidade é uma base necessária para compreender a natureza humana e as atividades políticas e científicas. Só nesta base é que se podem discutir outros aspetos existenciais, com diferentes referências ideológicas e religiosas. O discurso livre e aberto, sem restrições ideológicas, é um núcleo essencial do Ocidente.

2. A soberania do indivíduo: O direito de moldar a própria vida

A natureza e a dignidade humanas baseiam-se numa compreensão transcendente da realidade. Esta visão da humanidade dá origem a direitos humanos fundamentais que garantem aos indivíduos o direito soberano de moldar as suas próprias vidas. Este núcleo existencial da existência humana é, fundamentalmente, inquestionável: a soberania do indivíduo é inviolável, mesmo nas decisões democráticas.

3. Soberania popular: a sociedade decide por si própria sobre as suas próprias questões

As regulamentações políticas da comunidade devem ter uma origem democrática, ou seja, devem basear-se em eleições e referendos. O desenvolvimento da sociedade é fundamentalmente aberto. A soberania popular reflete a soberania do indivíduo a nível estatal – ambas as soberanias são interdependentes: tal como a liberdade individual se manifesta na participação política, a democracia baseia-se em cidadãos politicamente maduros – e, portanto, também livres.

4. Solidariedade através de valores em vez da organização de interesses

Ao contrário dos Estados autoritários, que se aliam com base em interesses subjetivos que podem ser contraditórios e mutáveis, o fundamento intelectual do Ocidente assenta num conceito transcendente em que os valores e a dignidade não são negociáveis, mas estão enraizados numa realidade objetiva mais profunda e, por isso, e es, aplicam-se efetivamente. A nível internacional, este contraste filosófico deve conduzir a uma solidariedade entre as nações ocidentais que nunca é posta em causa, mesmo perante as mais fortes diferenças políticas. Isto inclui também a união contra a expansão autoritária.

5. Visão geopolítica: O Ocidente Universal

O projeto do Ocidente Global é um projeto universal que só pode justificar eticamente a coexistência com Estados autoritários numa base transitória. Se se aceitar a validade da dignidade e dos direitos humanos universais como fundamento de todas as sociedades, então ignorá-los é um mal que deve ser

superado. Os sistemas autoritários são, *pela sua própria natureza*, incapazes de uma existência sustentável e, por isso, têm apenas uma existência limitada, razão pela qual o Ocidente Universal é uma preocupação intrínseca do Ocidente³⁰ que não pode ser separada da sua essência.

Devido à sua falta de responsabilidade democrática perante o povo – em última análise, devido à sua contradição com o fundamento filosófico da realidade –, *os governos autoritários têm, na melhor das hipóteses, uma soberania limitada devido a esta falta de reciprocidade.*³¹

A verdadeira realpolitik, ou seja, uma postura política que sempre encara a *condição humana* como base para a ação a par das condições geoestratégicas, nunca deve esquecer estas ligações. Por isso, só pode florescer com base nos fundamentos aqui apresentados como axiomas do Ocidente, independentemente do nome que lhes venha a ser dado num futuro distante.

Epílogo: Três máximas para o próximo quarto de século

Após os primeiros anos promissores que se seguiram ao fim do conflito Leste-Oeste, que lançaram pelo menos uma luz tímida sobre praticamente todos os cantos do globo, a situação internacional escureceu em muitas regiões desde a viragem do milénio.

A nível internacional, o conflito sistémico do século passado regressou sob uma forma modificada: um eixo de regimes repressivos, associado a uma rede de Estados autoritários ou indiferentes, estabeleceu como objetivo criar um movimento de oposição ao mundo livre e substituí-lo gradualmente.

Perante este desafio histórico, o Ocidente Global tem há muito seguido uma estratégia defensiva e ignorado o perigo crescente da onda autoritária: militarmente, politicamente e em termos dos seus fundamentos filosóficos. A erosão tem duas faces: por um lado, surgem tendências autoritárias em vários Estados e, por outro, a cooperação mútua – incluindo a solidariedade militar – está em grave perigo.

Neste teste histórico, é necessário um regresso fundamental aos alicerces do movimento liberal, mas, acima de tudo, é necessária a confiança de que uma sociedade livre ameaçada por um agressor repressivo não se renderá sem lutar. O poder da liberdade tem as suas raízes para além da manipulação política e da

³⁰ Em contraste com a globalização económica e das tecnologias de comunicação da década de 1990, o que estamos agora a assistir é a uma globalização da dignidade humana no contexto de uma visão do mundo de base filosófica. Trata-se, acima de tudo, de uma cultura uniforme por trás da qual a diversidade étnica da humanidade teria de desaparecer.

³¹ Em situações excecionais, como a derrubada de uma ditadura, a legitimidade de um governo pode surgir temporariamente fora dos processos democráticos. Em qualquer caso e em todos os momentos, porém, a soberania do indivíduo deve ter a mais alta prioridade.

repressão militar: a história demonstrou e continuará a demonstrar que, em última análise, prevalecerá e se afirmará. O conceito de Mundo Livre desaparecerá um dia, mas não porque os sistemas autoritários o tenham sufocado, mas porque a sua contraparte necessária, a onda repressiva, terá, esperamos, refluído num futuro não muito distante.

Os desafios para as próximas décadas podem ser resumidos em três máximas básicas

1. Um regresso aos fundamentos filosóficos da liberdade e dignidade humanas e às suas consequências políticas

A correção filosófica do século XX foi agora substituída, em muitos casos, pelo desinteresse e pelo relativismo. Dada a esmagadora diversidade de opiniões sobre praticamente todos os aspetos da vida, mesmo as questões políticas quotidianas tornaram-se frequentemente enormes desafios. Isto faz com que a busca pelos fundamentos do mundo livre pareça hoje ainda mais fútil, porque toca em aspetos filosóficos ou teológicos que se podem tolerar, mas que certamente não se devem discutir. Como este desânimo conduz inevitavelmente a uma falta de perspetiva e, consequentemente, a uma crise de sentido, é por aqui que devemos começar.

A dignidade do indivíduo como ponto de partida para toda a existência livre do indivíduo e do Estado pressupõe necessariamente uma compreensão transcendente da realidade. Este fundamento deve — pelo menos nos seus aspetos e consequências centrais — ser colocado no cerne da ação política e, em certa medida, também na consciência das pessoas que, em última análise, derivam a sua existência dele.

2. A orientação geoestratégica e a segurança mútua do mundo livre como resposta às incertezas no seio da sua comunidade

Nas democracias liberais, existe naturalmente o risco de um país se retirar *política* ou *militarmente* da aliança do mundo livre ou de a pôr em causa. Tais vicissitudes devem ser antecipadas e combatidas preventivamente a todos os níveis.

Enquanto soberano, o povo pode, a qualquer momento, votar a favor de resultados que enfraqueçam a aliança de valores existente. No entanto, *as próprias democracias individuais* devem ser institucionalmente protegidas contra a sua própria abolição. Seria desejável uma proteção ainda maior no âmbito de uma aliança de Estados.

O mundo livre, enquanto aliança de valores, deve, por sua vez, preparar-se para fazer face a um risco de segurança que surgiria caso um garante central e/ou vários garantes de segurança de menor dimensão viessem a desaparecer. Para além de uma reserva nacional com relevância geoestratégica, tal exige também uma

arquitetura de segurança que seja o mais resiliente possível e imune a esforços nacionais isolados, e que seja capaz de dissuadir, na medida do possível, os ataques da rede autoritária.

3. Compromisso consistente e sustentado com o mundo livre a nível internacional, na consciência de uma vitória histórica para a liberdade

O objetivo da segurança mútua não é apenas salvaguardar a soberania dos Estados individuais no sentido restrito do *interesse nacional*, mas também preservar as conquistas históricas do mundo livre — sem retrocessos, se possível — e concretizar a reivindicação universal dos direitos humanos fundamentais. A defesa do Ocidente Global está, portanto, em última análise, sempre no interesse nacional moralmente justificado.³²

Os Estados do Ocidente Global fariam, portanto, bem em expandir e garantir de forma consistente a ordem democrática livre nos seus próprios países, para não desacreditar a ideia de liberdade através de insuficiências.

Externamente, devem demonstrar de forma clara e inequívoca a sua oposição ao paradigma autoritário. A nível filosófico, a existência de ditaduras é uma afronta ao absoluto³³. O seu domínio e os seus ganhos são relativos; a sua ideologia, na medida em que é tangível, é uma *falsa filosofia* cujo destino a longo prazo está predeterminado: terminará no nada absoluto. Toda a glória dos seus potentados um dia se transformará em pó perante a verdade — com exceção dos líderes que ousarem mudar de rumo.

As máximas mencionadas não constituem um programa utópico ou fundamentalista, nem rejeitam a diplomacia, a geoestratégia e a *realpolitik*³⁴. Apelam, em primeiro lugar, a um regresso consistente e não apenas tímido à tradição e, em seguida, à proteção contra as incertezas que se tornaram cada vez mais evidentes no século XXI. O facto de o objetivo final ser a universalidade dos direitos humanos — e nada mais que signifique um mundo livre para todos ou um

³² Uma política baseada nos direitos humanos e nos valores fundamentais não pode fechar os olhos à fome, às dificuldades e à opressão, nem pode alegar que os conflitos não são do «interesse nacional» a resolver. Como se traduzem na prática as opções de ação de cada um é, evidentemente, outra questão totalmente diferente.

³³ É difícil encontrar uma forma mais concisa de descrever a irrealidade de regimes que se encontram num estado de desorientação teórica e prática fundamental.

³⁴ A *Realpolitik* não é aqui entendida como manobras políticas oportunistas, mas como um estilo político abrangente que está ciente das realidades — incluindo as transcendentais — e das suas implicações.


Ocidente universal – já não deve ser questionado no que diz respeito às declarações de direitos humanos dos últimos trezentos anos.³⁵

© O Projeto de Investigação do Século XX – Filosofia do Ocidente
Global

Mais informações e contacto:

O Projeto de Investigação do Século XX
www.20th-century.net

Filosofia do Ocidente Global
www.theglobalwest.com

 www.steff.international/CONTACT/

- Versão 1 / 2026 -

³⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 fala da dignidade humana, enquanto os seus precursores americanos e franceses falam de direitos inalienáveis, cada um dos quais implica um fundamento não positivista.